

Uma discussão acerca do bilinguismo e do preconceito linguístico em populações bilíngues no sul do Brasil

letrônica

Carla de Aquino¹

O Brasil é um país monolíngue cuja língua única é o português? De onde surgiu essa crença? Como são tratadas as línguas em contato no país? De que forma e por quais razões as línguas faladas por imigrantes no sul do país correm risco de se perderem no tempo?

Atualmente o assunto do bilinguismo tem sido amplamente discutido, especialmente em termos de possíveis vantagens que ele possa trazer aos indivíduos do ponto de vista cognitivo. Entretanto, como vemos as comunidades bilíngues em nosso estado? Existem políticas linguísticas que garantam que esses indivíduos tenham acesso à língua materna de seus pais, de seus antecedentes, língua que carrega muitos aspectos da cultura e dos costumes do seu povo?

Contrariamente ao que se pensava há algum tempo, não há desvantagens em termos de processamento cognitivo em indivíduos bilíngues. Partindo desse pressuposto, não há razão para pensarmos o bilinguismo como contra-indicado e termos línguas nativas de indivíduos proibidas em determinados contextos. Isso nos chama a refletir a respeito de políticas linguísticas preconceituosas que levam os indivíduos, desde muito pequenos, a pensar a sua língua como desprestigiada e como conhecimento indesejado.

Este artigo propõe uma reflexão sobre tais aspectos que parecem por vezes esquecidos por autoridades no estado e no país. Buscamos trazer um breve histórico da abordagem das questões de linguagem no país através dos tempos, além de oferecermos algum aporte teórico sobre o bilinguismo.

¹ Mestranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, bolsista CAPES.

1 Alguns estudos na área

Ainda recentemente, há aproximadamente 30 anos atrás, acreditava-se que o bilinguismo fosse uma espécie de distúrbio cognitivo que gerava fracasso escolar em seus portadores. Essa suposição era baseada em estudos com filhos de imigrantes nos Estados Unidos que faziam uso regular de duas ou mais línguas e tinham desempenho inferior na escola. Atribuía-se ao bilinguismo a razão do fracasso.

Crenças como essa foram se espalhando ao longo dos tempos por todo o mundo onde, especialmente pela migração de povos, se estabeleciam comunidades bilíngues.

No Brasil, ainda há uma crença, motivada por fatores históricos, sociais, políticos e ideológicos, de que vivemos em um país monolíngue, no qual todos os indivíduos têm a língua portuguesa como primeira língua.

Despreza-se o fato de que o bilinguismo não é apenas o conhecimento ou uso de uma língua, ele envolve muito mais do que isso. Diz respeito às atitudes de um povo em relação ao meio social e à cultura.

Cruz-Ferreira (2006) defende que o bilinguismo e o monolinguismo são dois tipos diferentes de uso da linguagem e, ainda, discute a crença de que a exposição a apenas uma língua é garantia de sucesso na aquisição e de uma excelente competência linguística. A crença de que o monolinguismo seria a forma natural e a regra para a aquisição é colocada em cheque, já que a pesquisadora acredita que é a necessidade de comunicação e a exposição a contextos que irão tornar uma criança bilíngue, assim como a monolíngue vai aprender a utilizar apenas uma língua por não ter necessidade de mais do que isso. A autora conclui que *“bilinguals and monolinguals alike speak exactly the number of languages that they need to speak, that they acquire these languages for exactly the same reasons”* (CRUZ-FERREIRA, 2006, p. 18).

A pesquisadora afirma que as experiências pelas quais passam um monolíngue e um bilíngue são bastante diferenciadas e, assim, os aprendizes se especializarão dentro de cada língua com base em suas necessidades. Isso significa dizer que um bilíngue utilizará uma língua em determinado contexto para falar de um determinado assunto, enquanto a outra língua será utilizada em outros contextos para falar de outros assuntos, ou para falar com outras pessoas.

O monolíngue, por outro lado, terá apenas uma língua através da qual realizará todas as suas interações e, portanto, ela será utilizada em todos os contextos para falar de todos os assuntos. Dessa forma, de acordo com a autora, monolíngue e bilíngues utilizam diferentes estratégias para chegar à mesma eficiência comunicativa.

Instrumentos bastante comuns para a testagem e a comparação entre indivíduos mono e bilíngues são do tipo ‘*Stroop tests*’², que avaliam a rapidez da resposta ao estímulo, embora não haja ainda uma aplicação desses resultados às atividades de interação comunicativa diárias, ou seja, não se sabe exatamente qual a vantagem da resposta rápida ao estímulo para tal objetivo.

A respeito da concepção de bilinguismo como causador de desvios patológicos que afetariam o desenvolvimento de crianças, a pesquisadora afirma que durante muito tempo se acreditou que, assim como a surdez, a cegueira e alguns distúrbios, o bilinguismo fosse um fator clínico que influenciaria o desenvolvimento dos indivíduos de forma negativa, causando danos.

Daí a origem de preocupações bastante comuns de pais a respeito de incentivar ou não o bilinguismo dos filhos sem saber que tipos de malefícios isso poderia trazer para as crianças. A respeito disso, Cruz-Ferreira relata que

“ the parents’ major worries cluster around two questions, whether their children may, if raised bilingually, suffer irreparable linguistic and overall developmental delays, and whether the linguistic development of their own children shouldn’t best be handled by speech pathologists” (CRUZ-FERREIRA, 2006, p. 17).

Outro ponto importante abordado nos estudos sobre o bilinguismo é o do empréstimo ou da mistura de línguas, mais conhecido na literatura como *codeswitching*. No histórico dos estudos sobre o assunto, esse fenômeno tem sido comumente tomado como um prejuízo resultante do bilinguismo. Ou seja, a mistura é vista como impura, como mau uso da língua. Para tal concepção, um bom bilíngue seria aquele que consegue isolar completamente as duas línguas, ou apaga uma delas enquanto se comunica na outra.

Esse fato vai ao encontro da idéia de que o monolinguismo é o estado ideal do indivíduo e de que os bilíngues seriam indivíduos com capacidades inferiores. Entretanto, Cruz-Ferreira argumenta em favor da impossibilidade de não misturar ou emprestar – este último termo sem a conotação negativa do primeiro – em um mundo multilíngue como este em que vivemos.

Genesee e Cenoz (2001) afirmam que, com base em diversas pesquisas já realizadas na área de aquisição bilíngue, já é possível dizer que há tantas crianças ou mais que crescem bilíngues do que monolíngues, atualmente.

² Para maiores informações a respeito deste tipo de teste, consultar *Studies of interference in serial verbal reactions* de J. R. Stroop, nas referências.

A Hipótese do Duplo Monolíngue (SAER, 1922) é também criticada em Zimmer, Finger e Scherer (2008), que discutem exatamente o fato de um bilíngue não ser dois monolíngues em um só indivíduo e os diferentes usos que bilíngues fazem das duas línguas que possuem. As autoras apresentam as idéias de Grosjean (1985) e de Cook (2003), que rejeitam a hipótese e afirmam que um indivíduo bilíngue jamais alcançará a proficiência total nos dois idiomas que possui um monolíngue em termos das quatro habilidades comunicativas e dos subcomponentes linguísticos de cada uma das línguas. Esses últimos autores acreditam, portanto, que não é justo com indivíduos bilíngues compará-los com monolíngues levando em consideração os seus conhecimentos nas duas línguas e o do monolíngue na sua língua materna.

Zimmer, Finger e Scherer (2008) acrescentam, entretanto, que não há um consenso entre os autores em termos de o que é ser bilíngue, nem em termos de exposição, nem em termos de quantidade de conhecimento ou competência na língua que é necessária para a atribuição de tal caracterização.

Outras experiências de comparação entre indivíduos mono e bilíngues da década de 60 apontam para uma desvantagem dos indivíduos bilíngues em uma das línguas em relação aos monolíngues, decorrente da crença anteriormente citada de que bilíngues deveriam ter o mesmo nível de competência nas duas línguas que um monolíngue. Dessa forma, o bilinguismo continuava sendo pensado como inferioridade linguística.

Atualmente, diversas são as pesquisas que visam comparar tanto habilidades linguísticas e metalinguísticas de indivíduos mono e bilíngues como o desenvolvimento cognitivo de ambos. Bialystok (1991,1995, 1997, 1999, 2001, 2006), atual referência em estudos desse cunho, apresenta resultados de diversos trabalhos em que bilíngues parecem ter melhor desempenho em tarefas nas quais precisam de interpretações mais flexíveis. Parece que eles teriam mais facilidade de enxergar coisas de mais de uma forma, como lhes seria exigido em testes com figuras ambíguas, e, além disso, de lidar com informações conflitantes.

A seção seguinte visa tratar das pesquisas sobre o processamento cognitivo em crianças mono e bilíngues.

2 Bilinguismo e cognição – vantagens e desvantagens do ponto de vista do processamento

Muitos testes têm sido realizados nos estudos sobre crianças bilíngues a fim de compará-las com as crianças monolíngues e testar se há diferenças de processamento no cérebro e se o fato de serem bilíngues traria a elas algum benefício. Um exemplo já citado

anteriormente é o de testes que medem o tempo de resposta a determinados estímulos. Outros exemplos são os testes que exigem alto grau de concentração e atenção dos indivíduos e os que testam a capacidade de controle inibitório na realização de tarefas.

2.1 Controle inibitório e atenção seletiva

A região pré-frontal do cérebro é a responsável por regular o controle inibitório do indivíduo. Essa capacidade resume-se em controlar aspectos diferentes de informações conflitantes que surjam e inibir o aspecto indesejado, focando apenas o que é importante em determinada situação. A atenção seletiva, de forma bastante semelhante, proporciona ao indivíduo a capacidade de voltar sua atenção unicamente ao que é importante em um momento específico, desprezando demais informações que poderiam confundir-lo.

Estudos como o de Green (1998) sugerem uma diferença entre indivíduos mono e bilíngues nos processos de atenção seletiva e de controle inibitório. Essa maior facilidade de foco na atenção e de controle sobre respostas diferenciadas que surjam, fazendo uma seleção adequada do que deve ser valorizado em determinado contexto, é atribuída exatamente ao fato de os indivíduos que tiveram melhor desempenho nas tarefas serem bilíngues.

Segundo o autor, a necessidade de seleção de informações enquanto há duas línguas concorrentes no cérebro-mente da criança dá a ela uma maior habilidade para lidar com as tarefas que exigem maior grau de concentração e controle inibitório.

Há ainda uma discussão acerca da semelhança entre crianças mono e bilíngues em termos de resolução de problemas matemáticos. Resultados de pesquisas sugerem que, embora pareça haver uma vantagem significativa para indivíduos bilíngues em termos de habilidades metalinguísticas e capacidades de lidar com informações ambíguas e conflitantes, eles teriam um desempenho muito parecido quando lidando com habilidades aritméticas.

Pesquisas recentes com base em neuroimagens e mapeamento cerebral para análise do processamento da linguagem (ABUTELABI; GREEN, 2008) apontam para a ativação de redes de controle cognitivo para a mudança linguística – *language switching* – nos indivíduos bilíngues durante a fala. Esse processo parece depender do controle inibitório, assim como algumas das atividades de testagem supracitadas.

De qualquer forma, como afirmam alguns pesquisadores da área, é importante destacar que mesmo que não se comprovem grandes vantagens do bilinguismo seja em termos de processamento cognitivo, seja nas habilidades linguísticas e metalinguísticas, o simples fato de os resultados das pesquisas corroborarem a hipótese de que não há desvantagem para os bilíngues e de que eles não são indivíduos inferiores linguisticamente, já representa uma

grande conquista para a comunidade acadêmica e, em especial, para as comunidades bilíngues.

Esses achados derrubam, em parte, o preconceito contra os indivíduos bilíngues e lhes garante igualdade em termos psico e neurolinguísticos.

3 Políticas linguísticas

No Brasil há um histórico de preocupação com as políticas voltadas para línguas indígenas. Entretanto, é importante que voltemos nosso olhar para a situação de outros grupos.

Para Orlandi (1988: 07), “falar é, em si, uma prática política”. A pesquisadora discute a forma como o monolinguismo se constitui desde muito tempo como política de invasão, dominação, aculturamento de comunidades e povos visando estabelecer uma unidade que, na verdade, nunca existiu. Nesse panorama, língua sempre foi sinônimo de poder.

A linguística crítica busca discutir certos aspectos relacionados à linguagem que necessitam de uma ação produtiva no sentido de pensar a atividade humana através da linguagem. Alencar (2006) propõe a inserção da linguística crítica nos currículos escolares e a concepção de práticas discursivas como momentos de construção de identidade. De acordo com a autora, não podemos separar o que é linguístico do extralinguístico. Eles coexistem na linguagem humana no processo de construção de sentido.

Alencar menciona Jaworski e Coupland (1999, p. 413), que defendem que a “subjetividade é um lado de nossa consciência, mas antes de ser uma entidade independente, ela é envolvida por estruturas e discursos de ordem interpessoal, poder e ideologia”.

Para a autora, é no e pelo discurso que se constroem as relações sociais, e ainda, um sistema de crenças dos indivíduos. Alencar afirma que é essencial reconhecermos a linguagem como uma prática social em si e não simplesmente como produto dela. Segundo a autora (2006, p. 57), “os sentidos naturalizados para perpetuar as relações de dominação e injustiça social podem ser transformados pela desnaturalização das ideologias mediante a transformação dos sentidos na prática languageira”.

Pesquisas como a de Toscan (2005) relatam relações contraditórias em relação às línguas – L1 e L2 – em uma comunidade bilíngue em português-italiano em Nova Pádua, interior do Rio Grande do Sul. Para os informantes da pesquisa, dependendo do contexto interacional (casa, escola, etc) e da relação com o interlocutor, uma ou outra língua recebe atitudes de prestígio ou estigma.

Ainda em relação às atitudes e concepções lingüísticas de indivíduos de comunidades bilíngues, Schneider (2007) analisa concepções de professores de comunidades bilíngues em alemão-português a respeito de *codeswitching*, sotaque e outras transferências de aspectos fonético-fonológicos do alemão L1 para o português L2. A pesquisa visava reconhecer atitudes de prestígio dentro das comunidades e refletiu um alto grau de contradição nessas relações por parte de alunos e professores, que geram conflitos identitários.

Altenhofen (2004), ao apresentar um panorama histórico do tratamento das questões lingüísticas em comunidades bilíngues em alemão-português no sul do Brasil, afirma que há dois diferentes momentos das políticas voltadas para essas comunidades: o primeiro de indiferença e o segundo de proibições e de imposições severas de uma unidade dialetal.

O autor destaca a necessidade de uma educação mais adequada para a situação lingüística de tais comunidades, que leve em consideração as questões sociais e lingüísticas locais. Para ele, o tratamento a ser dado para essas questões, especialmente no que tange as comunidades de imigração do sul do país, está em aberto.

Com base em relatos dos próprios descendentes de imigrantes a respeito da realidade lingüística local, o autor consegue mostrar a contradição entre sentimentos dos indivíduos para com as diferentes línguas. Eles contam que viviam em um clima de terror em que eram proibidos de falar sua língua em público, que passavam por um processo de ‘nacionalização’ e, portanto, deveriam falar apenas português. Além disso, eram criticados por falarem português com sotaque, modalidade que era desprestigiada.

Altenhofen apresenta um panorama histórico das políticas voltadas para as línguas indígenas no país, que também eram, como as africanas e a língua alemã, reguladas por leis de caráter coibitivo que visavam tornar o português a língua comum. Dessa forma, como ressalta o autor, os falantes de outras línguas podiam optar pelo silêncio ou pela comunicação na língua comum.

O autor destaca trechos da LDB, que regula a educação no país, em que se dá destaque para a necessidade da oferta de aulas em língua materna para comunidades indígenas no país, mesmo que o ensino fundamental seja ministrado em língua portuguesa. Nota-se, com base nessas leis, que o bilinguismo já se tornou assunto em pauta no país. Entretanto, ele é discutido apenas em alguns contextos, faltando um enfoque maior às comunidades foco desse estudo, que são em grande número no sul do país.

Casos, como o citado no artigo em questão, em que autoridades de municípios baixam decretos proibindo que se fale a língua dos migrantes em escolas locais, retratam claramente as concepções lingüísticas nessas localidades e a falta de clareza a respeito do tratamento de

problemas de ordem linguística. Os relatos de alunos dessas comunidades revelam que muitos indivíduos, em tal situação, preferem o silêncio e o isolamento do que o enfrentamento das dificuldades em relação à outra língua.

4 Por uma política mais igualitária

Não raramente ainda escutam-se relatos de que crianças são proibidas de falar suas línguas maternas na escola, onde estão aprendendo o português como segunda língua. Esse fato parece ser bem comum em escolas localizadas em pequenas cidades de colonizações alemãs e italianas no Rio Grande do Sul.

Onde fica a cultura que habita o conhecimento dessa língua por parte da criança? Como ele poderá interagir com colegas e professores em uma língua que não conhece? Como poderá relatar os costumes de sua família, o que fazem juntos, sem recorrer à sua língua materna?

A defesa apresentada aqui por uma política mais igualitária visa à valorização de ambas as línguas desses indivíduos, dando a eles a oportunidade de se desenvolverem como indivíduos bilíngues sem sentirem-se desvalorizados por conhecerem uma outra língua em um contexto no qual se despreza a importância das vivências que eles já tiveram em sua língua materna.

Como foi possível notar através dos dados apresentados neste trabalho, falta ainda dar visibilidade e importância maiores às políticas voltadas para as línguas de imigrantes no Brasil e no estado, pois, embora as questões referentes ao bilinguismo estejam em pauta atualmente, elas estão mais voltadas para as comunidades indígenas existentes no país.

Igualdade, como defendemos aqui, é dar a todas as comunidades bilíngues um tratamento que valorize suas línguas maternas e que lhes possibilite a conservação da língua e da cultura local, seja em ambiente familiar, escolar, ou em qualquer situação social. Uma vez que haja tal valorização, não haverá o medo por parte dos pais bilíngues de ensinarem uma língua, que até então é tomada como de ‘desprestígio’, para seus filhos.

No momento em que o preconceito linguístico se tornar uma questão de discussão, especialmente nas escolas, os próprios indivíduos bilíngues, ou membros de comunidades bilíngues, passarão a reconhecer as próprias atitudes políticas. E ainda, tendo maior consciência das concepções linguísticas vigentes, os indivíduos terão mais clareza ao reivindicarem seus direitos linguísticos.

Referências

ABUTELABI, Jubin; GREEN, David. Control Mechanisms in Bilingual Language Production: Neural Evidence from Language Switching Studies. *Language and cognitive processes*, v.23, n° 4, p.557-582, 2008.

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Identidade e poder: reflexões sobre a lingüística crítica. In: *Políticas em Linguagem: Perspectivas Identitárias*. Kanavillil Rajagopalan e Dina Maria Martins Ferreira (orgs). São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

ALTENHOFEN, Cléo V. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana III*, v.1, n°3, p.83-93, 2004.

BIALYSTOK, Ellen. Letters, sounds, and symbols: Changes in children's understanding of written language. *Applied Psycholinguistics*, v.12, p.75-89, 1991.

BIALYSTOK, Ellen. Making concepts of print symbolic: Understanding how writing represents language. *First Language*, v.15, p.317-338, 1995.

BIALYSTOK, Ellen. Effects of bilingualism and biliteracy on children's emerging concepts of print. *Developmental Psychology*, v.33, p.429-440, 1997.

BIALYSTOK, Ellen. Cognitive complexity and attentional control in the bilingual mind. *Child Development*, v.70, p.636-644, 1999.

BIALYSTOK, Ellen. *Bilingualism in Development: Language, Literacy, and Cognition*. New York: Cambridge University Press, 2001.

BIALYSTOK, Ellen. The impact of bilingualism on language and literacy development. In: BHATIA, T.; RITCHIE, W. (Eds.) *The handbook of bilingualism*. New York: Blackwell, 2006, p.577-601.

CENOZ, Jasone; GENESEE, Fred. Ed. *Trends in Bilingual Acquisition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

CRUZ-FERREIRA, Madalena. *Three is a Crowd? Acquiring Portuguese in a Trilingual Environment*. Multilingual Matters LTD, 2006.

GROSJEAN, François. The bilingual as a competent but specific speaker-hearer. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v.6, p.467-477, 1985.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). *Política Lingüística na América Latina*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Pós-modernidade e a política de identidade. In: *Políticas em Linguagem: Perspectivas Identitárias*. Kanavillil Rajagopalan e Dina Maria Martins Ferreira (org). São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SAER, David J. The Effects of Bilingualism on Intelligence. *British Journal of Psychology*, v.14, p.25-38, 1922.

SCHNEIDER, Maria N. *Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (doutorado) – UFGRS, Porto Alegre, 2007.

STROOP, J. R. Studies of interference in serial verbal reactions. *Journal of Experimental Psychology*, 18, 643 – 662, 1935.

TOSCAN, Miriam P. *O comportamento lingüístico na comunidade bilíngüe ítalo-brasileira de Nova Pádua/RS: identidade, prestígio e estigma lingüísticos*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

ZIMMER, Márcia; FINGER, Ingrid; SCHERER, Lílian. Do bilingüismo ao multilingüismo: Intersecções entre a Psicolingüística e a Neurolingüística. *ReVEL*. Vol.6, nº 11, agosto de 2008. www.revel.inf.br